

DECISÃO CFO-CR-11, de 24 de setembro de 2025

Decide sobre o Recurso Administrativo interposto pela Chapa 02 relacionado ao Processo Eleitoral do CRO/AL

Compete à Comissão de Recursos do Conselho Federal de Odontologia, instituída pela Portaria CFO-SEC-213 - de 09 de setembro de 2025-, processar e julgar como órgão revisor, em conformidade com o artigo 53, § 6º, da Resolução CFO-267/2024 (Regimento Eleitoral), os recursos interpostos quanto às eleições dos Conselhos Regionais de Odontologia.

Por consequência, **no propósito de levar a efeito análise e votação de recurso administrativo interposto quanto à eleição CRO AL 2025**, foi designada a presente Reunião Extraordinária da Comissão Eleitoral do CFO.

Coube a mim, por designação da Presidência, desempenhar a **RELATORIA** do recurso em referência, daí porque, *superadas as análises e reflexões necessárias*, passo doravante a consignar o meu RELATÓRIO e subsequente VOTO, para produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

• RELATÓRIO:

1. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pelo cirurgião-dentista Victor Felipe Davino Coelho, *representante da Chapa n. 02*, por meio do qual questiona a decisão administrativa da Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Odontologia de Alagoas, que acolheu a Impugnação apresentada pela Chapa 01 e, *por conseguinte*, considerou *inelegíveis* para concorrer a eleição para o biênio de 2026/2027 os cirurgiões-dentistas Tito José de Lima Netto, Flávia Sibelle Cavalcante Vanderlei e Victor Felipe Davino Coelho.
2. Em 05 de setembro de 2025, foi publicado o Edital CRO/AL nº 04/2025 anunciando o deferimento das inscrições das Chapas 01 e 02, na forma do artigo 51 do Regimento Eleitoral.
3. No dia 11 de setembro de 2025, a Comissão Eleitoral, notificou o representante da Chapa

02, sobre a Impugnação apresentada pela Chapa 01, contendo alegação de que os cirurgiões-dentistas Tito José de Lima Netto, Flávia Sibelle Cavalcante Vanderlei e Victor Felipe Davino Coelho não atendiam o requisito de elegibilidade previsto no artigo 43, alínea “b”, do Regimento Eleitoral.

4. Aos 12 dias de setembro de 2025, o representante da Chapa 02, *ora recorrente*, contestou a Impugnação apresentada pela Chapa 01 e, *na forma do artigo 53, § 2º, do Regimento Eleitoral*, alegou que os referidos profissionais atendiam a exigência do Regimento Eleitoral no tocante ao requisito de ter, *pelo menos*, 03 (três) anos de inscrito no respectivo Conselho Regional.
5. Na sequência, *à luz dos elementos autuados*, a Comissão Eleitoral decidiu por acolher a Impugnação apresentada pela Chapa 01, declarando inelegíveis os cirurgiões-dentistas Tito José de Lima Netto, Flávia Sibelle Cavalcante Vanderlei e Victor Felipe Davino Coelho, por não atenderem o requisito de elegibilidade previsto no artigo 43, alínea “b”, do Regimento Eleitoral.
6. É relatório.

• **VOTO:**

7. Considero **TEMPESTIVO e REGULAR o recurso interposto pela Chapa 02**, eis que manejado no prazo de 72 (setenta e duas) horas regimentalmente estabelecido, isso porque a interposição da peça recursal operou-se em 16/09/2025, às 12hs:59min:44secs, enquanto a notificação do acolhimento da Impugnação da Chapa 01 foi encaminhada para o representante da Chapa 02 em 15/09/2025, às 14:54hs.
8. No mérito, *após detida análise de tudo que dos autos consta e, ainda, verificando o sistema do CFO*, verifiquei que, *de fato*, há 01 (um) componente da Chapa 02 que não está apto para concorrer ao pleito de renovação do Plenário do CRO/AL / biênio 2026/2027, na medida em que não possui o tempo mínimo de 03 (três) anos de inscrição profissional, circunstância que a toda evidência não se torna conciliável com a norma contida no Regimento Eleitoral, *notadamente em seu artigo 43, alínea “b”*. **Vejamos:**

9.1) Quanto ao cirurgião-dentista Tito José de Lima Netto:

- 24/07/2018 - Inscrição Provisória

- 09/01/2021 - Inscrição Provisória desativada por caducidade

- 04/06/2025 – Inscrição Principal

Verifica-se que o referido candidato não possui os 03 (três) anos de tempo mínimo de inscrição no Conselho Regional de Odontologia de Alagoas – CRO/AL, ao passo que, em que pese ter obtido inscrição provisória em 24/07/2018, esta perdeu validade, *por caducidade*, em 09/01/2021, somente obtendo, em 04/06/2025, sua Inscrição Principal, circunstância que revela que, *mesmo se somados os dois períodos de inscrições ativas no CRO AL (provisória + principal)*, o aludido profissional não ostenta tempo superior a 36 meses de registo ativo, pois, *como visto*, seu período de inscrição provisória perdurou por 29 meses, enquanto sua inscrição definitiva, em 03/09/2025 (*fim do prazo para registro de Chapa*), vigorava há apenas 03 meses, perfazendo um total de 35 meses de inscrição, *período que não atende ao mínimo exigido na norma eleitoral para fins de candidatura ao cargo de Conselheiro*.

9.2) Da cirurgiã-dentista Flávia Sibelle Cavalcante Vanderlei:

- 08/03/2022 - Inscrição Provisória

- 04/04/2024 – Inscrição Principal

Diferentemente, à vista dos elementos constantes dos autos -assim como no sistema cadastral deste Conselho Federal de Odontologia-, verifica-se que a citada profissional, *embora ostentando inscrição provisória de 08/03/2022 até 04/04/2024*, a toda evidência possuía, em 03/09/2025, mais de 03 anos de inscrita como cirurgiã-dentista no Conselho Regional de Odontologia de Alagoas – CRO/AL, sendo certo que a exigência regimental, *para fins eleitorais*, não é a titularidade de inscrição principal há mais de 03 anos, mas sim de inscrição no CRO por esse tempo, computando-se, *para tanto*, todo o período de inscrição provisória, **sendo certo que se o legislador não detalhou essa particularidade, ao intérprete não cabe fazê-lo.**

E não por outra razão, *aliás*, quando o legislador desejou utilizar a inscrição principal como requisito específico no âmbito do processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Odontologia, *a exemplo do que consta no artigo 43, alínea “a”*, o fez expressamente, fato que corrobora inteiramente a sobredita conclusão, *proibindo o interprete de ir onde não vai a norma*.

9.3) Do cirurgião-dentista Victor Felipe Davino Coelho:

- 27/12/2021 - Inscrição Provisória

- 19/01/2023 – Inscrição Principal

E tanto quanto a CD Flávia Sibelle Cavalcante Vanderlei, o cirurgião-dentista

Victor Felpe Davino Coelho também ostentava, em 03/09/2025, mais de 03 (três) anos de inscrito no Conselho Regional de Odontologia de Alagoas – CRO/AL, onde, *consoante se extrai dos autos e também do sistema cadastral deste CFO*, obteve inscrição provisória em 27/12/2021, convertida em principal em 19/01/2023. Incontestável, *portanto*, que ostentava mais de 03 anos de inscrição quando do encaminhamento da candidatura impugnada.

10. Ante isso, **VOTO pelo PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO INTERPOSTO PELA CHAPA 02, de um lado MANTENDO A DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO CRO/AL QUANTO AO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA CHAPA 01 EM RELAÇÃO AO CIRURGIÃO-DENTISTA TITO JOSÉ DE LIMA NETTO, inelegível à luz das normas vigentes, eis que não atende o requisito de elegibilidade previsto no artigo 43, alínea “b”, do Regimento Eleitoral, PORÉM, de outro, REFORMANDO A DECISÃO ATACADA PARA ADMITIR A CANDIDATURA DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS FLÁVIA SIBELLE CAVALCANTE VANDERLEI e VICTOR FELIPE DAVINO COELHO**, eis que os considero habilitados para tanto, visto que inscritos como profissionais há mais de 03 anos no CRO AL e, portanto, aptos para candidatura ao cargo de *Conselheiro do Conselho Regional de Odontologia de Alagoas*.
11. E nessa perspectiva, voto para que o representante da Chapa 02, *através do Presidente da Comissão Eleitoral do CRO/AL*, seja imediatamente notificado para, querendo, requerer a substituição do cirurgião-dentista TITO JOSÉ DE LIMA NETTO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas -na forma do artigo 53, § 4º do Regimento Eleitoral-, sob pena de indeferimento da Chapa.

[ACORDAO-CFO-CR-11-2025](#)

Brasília (DF), 24 de setembro 2025.

Claudio Yukio Miyake
PRESIDENTE

Raimundo Nazareno de Souza Ávila
MEMBRO

Roberto de Sousa Pires
MEMBRO

Élio Silva Lucas
RELATOR